

À Diretoria de Avaliação da CAPES.

Prezados(as) Colegas,

Inicialmente manifesto a minha disposição de colaborar com a comunidade de educação na interlocução junto à CAPES, aceitando a indicação de ser Coordenador de Área junto ao CTC-ES da CAPES. Será um prazer poder atuar junto com este prestigiado órgão do governo Federal do Brasil, que tantos serviços tem prestado à educação brasileira.

Creio, inicialmente, fundamental destacar a importância da CAPES na consolidação do sistema de pós-graduação brasileiro e no apoio à pesquisas e projetos de qualificação dos professores e pesquisadores das diversas instituições de pesquisa e ensino superior do país. Sou um beneficiário destes programas, conheço parte das sistemáticas de alguns programas e será um prazer poder estar atuando mais próximo da administração da CAPES, com o objetivo de avaliar o já implantado e avançar no sentido de novos projetos e ações, bem como na correção de rumos dos existentes. A Instituição cresce em importância, nos últimos tempos, com a criação da Capes do Ensino Básico. Seguramente, esse novo *braço* da histórica CAPES constitui-se num grande desafio em si mesmo e, mais ainda, coloca-se como um desafio para as “duas”, uma vez que não conseguimos ver uma sem uma forte relação com a outra.

Tenho clareza de que esta é uma enorme responsabilidade, pois se constitui em um **triplo desafio**: **primeiro**, trata-se de uma representação de um conjunto de 159 Programas de Pós-graduação em Educação (entre Mestrados e Doutorados Acadêmicos e Mestrados Profissional), o que, obviamente, corresponde à representação de uma diversidade de opiniões e perspectivas para a educação, para a pesquisa e, especialmente, para a avaliação do sistema. Num **segundo** bloco de desafios, temos a relação do campo da educação com as demais áreas do conhecimento que possuem realidades distintas e, conseqüentemente, perspectivas e visões para a própria área, para o conjunto das áreas e, principalmente, para a sistemática de avaliação, uma vez que ela é fundamental para definir as normas de financiamento da pesquisa e da pós graduação no Brasil. E, **por último**, mas não menos desafiador, a função de “Coordenador de Área” implica uma intensa relação da própria área com a CAPES, se constituindo, como tenho insistentemente mencionado, num papel de **representação DA área na CAPES e não da CAPES NA área**.

Um dos aspectos que me parece crucial na relação da CAPES com a comunidade - e não me refiro aqui apenas à área da educação - é uma **política de informação e comunicação**. Carecemos de implantação de mecanismos mais fluídos e permanentes de comunicação entre os órgãos da administração federal (e não só a CAPES, no caso), os programas e os professores, mas, também, intra-programas. Neste sentido, coloco-me à disposição para ajudar na implantação desta política, pensando, principalmente em termos, de um lado, **redes de comunicação horizontais** que possibilitem manter, cotidianamente, todos os colegas (e Programas) informados e, mais do que isso, sendo um **espaço efetivo de participação** sobre todo o andamento dos processos avaliativos (esse plural aqui é fundamental). De outro lado, necessário

se faz uma maior comunicação entre as agências e mencionamos aqui apenas as três maiores que são CAPES, CNPq e FINEP, mas incluímos também a necessidade de uma maior articulação com as FAPs. Numa outra frente, precisamos avançar, a passos largos, com a implantação de uma **política de dados abertos** de tal forma a dar mais transparência às decisões e aos resultados, possibilitando que o coletivo da área possa fazer análises dos resultados e, com isso, apontar, perspectivas políticas. Os dados abertos são fundamentais para que eles possam ser lidos por máquinas e, desta forma, possibilitam uma análise mais acurada dos resultados das políticas e das avaliações, permitindo, assim, um apontar para novas bases tanto para as políticas como para as avaliações. Dentro desta perspectiva, é importante recuperar e se inspirar na experiência de diversos *hackerthon* (maratonas hacker) já ocorridos inclusive no âmbito da administração federal, a exemplo do INEP e do Câmara dos Deputados¹.

Um exemplo claro da situação de falta de comunicação e participação está sendo a migração para a Plataforma Sucupira. São inúmeras as reclamações e queixas de não funcionamento do sistema e de “jeitinhos” que vão sendo dados, não correspondendo ao que deve ser a implantação de um novo sistema e uma nova sistemática de coleta de dados. O próprio FORPRED, em carta datada de 20 de maio p.p., manifestou-se com relação aos problemas da nova sistemática e isso poderia e deveria ser evitado se fosse acompanhado de um processo mais amplo de participação desde o início de todo o processo.

Ainda nesta linha, gostaríamos de salientar que necessitamos de melhor **comunicação com a CAPES** no que diz respeito a questões operacionais dos Programas, especialmente no que diz respeito ao quesito **bolsas**. Este é apontando pela área como um dos principais problemas uma vez que não são consideradas as diferenças entre os diversos campos do saber. No caso da Educação, os **critérios (e os valores)** exigidos para a concessão de bolsas fogem completamente da realidade dos nossos atuais alunos de pós-graduação, a maioria trabalhadores, que ganham pouco, pois são professores da educação básica, e que não podem receber a bolsa, quando o salário ultrapassa, mesmo que minimamente, o valor da bolsa. Mesmo com a existência de portaria conjunta Capes/CNPq que prevê um acúmulo de bolsa com salário, o que se observa é que a Capes não aceita esta situação e, mesmo em casos como esse, que poderia ser um elemento absolutamente particular, observamos a dificuldade de se obter informações e explicitação dos critérios. A título de exemplo, levantamento realizado pela atual Coordenação de Área indicou que temos hoje, em números aproximados, 284 pós-graduandos dos Mestrados Profissionais, 2.630 pós-graduandos do Mestrado Acadêmico e 997 do Doutorado atuando educação básica. Estes números indicam um **parâmetro mínimo do montante de bolsas** que a área necessita. Considerando ser esta uma questão crucial, acreditamos ser fundamental ampliar este debate entre os Programas e a CAPES, na busca de uma maior explicitação e discussão dos critérios de concessão de cotas de bolsas de Mestrado e Doutorado para os programas.

Um outro aspecto que nos parece fundamental e que precisamos enfrentar com clareza diz respeito ao tratamento dado aos programas nos diversos níveis de avaliação. Para podermos analisar, pelo menos brevemente a situação na nossa área, importante

1 <http://hackathondadoseducacionais.org.br> e http://edemocracia.camara.gov.br/web/hackathon#.U7XXKx_PRHY

verificar os dados relativos ao conjunto da pós-graduação em 2013. Estes dados apontavam a existência de 3.337 programas, sendo 12,2 % classificados como 6 e 7, 17,9% classificados com nota 5 e, com avaliação 3 e 4, 2.273 programas, correspondendo a 68,1% do total. Comparativamente, os programas de educação, em 2013, eram 121, dos quais apenas nove foram classificados como 6 e 7 (7,5%) , sendo 17 com 5 (14,1%) e 77,7% dos programas de nossa área estavam com avaliação 3 e 4 (ou seja, 94 programas).

É importante salientar que a avaliação não pode ser elemento definidor de uma política centrada na lógica do privilégio para os privilegiados. Compreendendo a natureza e a especificidade de cada um desses níveis, é fundamental a implantação de um **política compensatória e apoiadora** tanto para programas já **consolidados** (5 a 7), como para programas **intermediários** (3 e 4) e **programas deficitários** (1 e 2). Para cada um desses programas é fundamental a existência de uma clara política de apoio e não um política de punição ou de caráter restritivo. Tomando a situação dos programas 3 e 4, que são programas que apresentam, pelo menos em nosso campo (a educação) uma importante função social, necessário se faz rever os valores do PROAP, já que boa parte das deficiências (temos clareza de que não são todas, obviamente) podem ser, se não sanados, pelo menos minimizados com um maior aporte de recursos. Temos agora uma nova perspectiva, com a aprovação do PNE e a ampliação dos recursos para a educação, para avançar no apoio aos programas de pós-graduação e isso pode vir a se constituir numa importante meta para a maior relação da pós-graduação com o ensino básico, questão que me parece crucial para o momento brasileiro, para ficar apenas no nosso caso.

Ainda em relação a esta temática (**maior relação da pós-graduação com o ensino básico**), um aspecto que nos parece ser de fundamental importância para a área é a aproximação e articulação intensa entre o CTC-Ensino Superior com o CTC-Educação Básica. Nesse particular, uma maior integração do trabalho das representações pode representar um significativo avanço para a área, em ambos os níveis. Da mesma forma, nos parece muito importante estabelecer uma interlocução permanente e regular com áreas afins na CAPES, sobretudo com a área de Ensino. Importante destacar nesta relação da Pós-graduação com Educação Básica que os nossos recém implantados Mestrados Profissionais têm sido importante dispositivo para estreitar essa relação, sem deixarmos de lado, obviamente, cursos acadêmicos, já que os mesmos são fundamentais, pois muitos professores da educação básica os procuram e porque a maioria das pesquisas realizadas nesses cursos acadêmicos tomam como campo empírico a escola básica. Assim, insistimos na importância da valorização desse professor com **incremento da oferta de bolsa “demanda social”**, ao tempo que se promova a liberação de **bolsas para os alunos dos Mestrados Profissionais**.

Ainda nesta **relação Pós-graduação e educação básica**, temos percebido, a partir de nossas experiências na formação de professores, que existe aí um gargalo e por isso precisamos avançar, não nos prendendo a soluções imediatistas e, até mesmo, simplistas. Precisamos avançar na pesquisa em campos não muito ortodoxos, em campos que busquem uma relação intensa com outras áreas do conhecimento. Cito aqui apenas alguns, mais ligados obviamente à minha área de investigação: a relação da educação com as tecnologias digitais, com a comunicação, com a cultura, da

educação com a arquitetura. Também os estudos sobre a infância e a juventude têm sido importantes para uma maior compreensão de quem são os jovens que na escola chegam (e nela não permanecem). Estes são apenas alguns pontos que, obviamente, não serão resolvidos nem encaminhados com soluções mirabolantes por uma representação de área, ou mesmo por um Órgão como a CAPES, mas que podem ser balizadores de possíveis ações e políticas para enfrentar os desafios postos pela contemporaneidade.

Aqui, podemos trazer a questão tão em voga atualmente, que é a da **interdisciplinaridade**. Em alguns momentos transformada numa panaceia, mas não podemos deixar de considerar que a interdisciplinaridade demanda a existência de campos disciplinares fortalecidos, obviamente, com uma formação ampla que lhe permite ver e dialogar com outros campos. (Diga-se de passagem, o que não tem sido fácil, em função da formação fechada da maioria dos campos!). Mais ainda, não podemos esquecer que, no caso da educação, o seu caráter interdisciplinar “é da própria Educação como área de conhecimento que integra diferentes campos de conhecimento e o fato de ser a interdisciplinaridade objeto de investigação na Área”, conforme já apontado pelo Relatório da Área de 2013. Conclui o referido Relatório que além “de ser uma área interdisciplinar, a Educação é uma área obrigada a tratar da interdisciplinaridade como temática de estudo.”

Ainda com relação aos Programas notas 3 e 4 (maioria dos PPGEdU) necessário se faz um maior apoio, e de forma concreta, às Instituições que desejam propor Cursos Novos (Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional, Doutorado), através de aporte técnico e financeiro, uma vez que é muito grande a demanda para a área.

Um dos aspectos para a área da educação que merece o nosso total envolvimento diz respeito à necessidade de uma **redefinição das áreas prioritárias da CAPES**, com a consequente reclassificação da área de Educação que deveria passar para prioridade 1. Com tanta demanda para avanços na educação brasileira, com os desafios postos pela presença das tecnologias de informação e comunicação, com as possibilidades de maior utilização da educação a distância, com os desafios dos indicadores, da educação infantil à pós-graduação, não compreendemos como pode nossa área ser considerada prioridade 3. Esta é uma demanda da área e que aqui fazemos efusivo coro. Uma consequência quase que imediata de uma ação política como esta nos levaria a **participar do Programa Ciência Sem Fronteiras**, muito importante para o campo da educação e estranhamente excluído das prioridades do governo brasileiro, da mesma forma que também poderia nos **incluir no Programa de Licenciaturas Internacionais** (aberto apenas para as áreas de química, física, matemática, biologia, português, artes e educação física).

Nesta mesma linha acredito ser fundamental estimular o investimento da Capes em projetos de efetiva **internacionalização da área da Educação**, inclusive com a estímulo para a proficiência em Línguas estrangeiras (Inglês, Espanhol, entre outras) o que, obviamente, demanda uma modificação nos critérios de apoio aos programas de Intercâmbio (como o recente com a Argentina), que exclui os programas que não sejam 5, 6 e 7. Se existe demanda para internacionalização e, principalmente, montagem de redes, não é justo a exclusão dos programas que ainda não são avaliados com as notas máximas (o que lhe exige já terem um forte presença internacional), pois são

estes os que mais precisam de apoio. Outro aspecto na perspectiva da internacionalização é que, para o nosso campo especial, não podemos olhar apenas para os Estados Unidos e Europa, mas termos um olhar atento para a América Latina e África.

No quesito de **avaliação de periódicos, livros e eventos**, acreditamos ser de fundamental importância manter um debate permanente intra área e com as demais áreas sobre o tema. No particular de eventos, acreditamos ser de fundamental importância **valorizar mais, na avaliação, a participação dos pós-graduandos em eventos**, pois estes se constituem em um importante espaço da formação do jovem pesquisador que pode ter contato com suas referências bibliográficas mais utilizadas, constituindo-se num rico momento de aprendizado.

No particular da avaliação dos livros, necessário se faz uma profunda revisão da sistemática, uma vez que a lista de classificação de livros (completa), divulgada pela área, “apresentava incompatibilidades com as informações constantes nas fichas de avaliação trienal no que se referia ao total de livros e capítulos, bem como não correspondia à média da produção em livros”, conforme documento do Fropred.

A área tem demandado, em relação ao Qualis Periódicos, que se divulgue os pareceres que subsidiaram a atualização do Qualis, divulgado em julho de 2013, para que seja possível, no conjunto do FEPAE (Fórum de Periódicos em Educação), avaliar as deficiências e propormos, conjuntamente, políticas de fortalecimento de nossos periódicos. Aqui vale salientar que um dos aspectos importantes da não melhoria dos nossos periódicos na área da educação diz respeito à questões de ordem meramente administrativas que, com o devido apoio, poderiam ser facilmente sanadas. Como editor da *Revista entreidieas: educação, cultura e sociedade*, sinto na pele as dificuldades por falta de pessoal e recursos para a gestão da revista.

Do ponto de vista estratégico, acreditamos ser necessário manter, numa articulação entre os programas de Pós Graduação e CAPES, uma intensa e contínua reflexão sobre a **expansão da área e sua maior qualificação**, incluindo aqui a necessária expansão e avaliação dos **Mestrados Profissionais** e dos **cursos a distância**, tema que sabemos ser bem controverso.

A título de exemplo, na área da administração os mestrados profissionais já superam os acadêmicos, o que não quer dizer, obviamente, que este deve ser o modelo a ser seguido. Este é apenas um dado importante que precisar ser considerado com o intuito de se mostrar a peculiaridade de uma área em relação à outra. No caso da Educação, temos hoje 33 mestrados profissionais em funcionamento, sendo que os primeiros só foram instaladas em 2010. Importante aqui observar que a natureza de um mestrado profissional na área de Humanas é totalmente diverso de outros Mestrados Profissionais, por exemplo, das áreas Exatas e de Saúde. Cabe aqui tratar o diferente sem considerá-lo desigual, e isso é fundamental para a avaliação e o apoio necessário aos mesmos. Precisamos, portanto, primeiro, promover uma profunda e aberta avaliação desta experiência para, imediatamente, pensar na sua expansão e nos critérios para esta expansão.

Pensamos, também, na linha da **ampliação**, sobre a importância de termos uma participação mais efetiva - e ativa - na formulação de editais estratégicos para a área, como os de apoio a periódicos, eventos, PEC-PG, PNPD e outros, na formulação de

diretrizes, na avaliação do APVN (Aplicativo para Propostas de Cursos Novos). Neste particular, buscar uma atuação mais conjunta com as representações no CNPq, visando à formulação de editais conjuntos e outros de interesse da área.

Gostaríamos de trazer aqui mais um aspecto importante para a análise da situação da pós-graduação, que é a das **assimetrias regionais**. Estamos distante de uma relação mais equilibrada entre as regiões, o que não é uma especificidade da educação e sim uma questão estrutural, constitutiva de nossa configuração econômica e social. O mesmo se repete nas relações intra-regiões e, obviamente, não acreditamos ser possível resolver este tipo de contradição exclusivamente por meio de ações de um órgão como a CAPES. Uma das possíveis saídas, para tal, seria pensar mais a fundo sobre as contradições e desenvolvimentos próprios dos programas da área nas diferentes regiões, pois há um valor intrínseco e elucidativo que advém dos processos de desenvolvimento dos programas e que a Avaliação precisaria identificar e considerar. Ou seja, em lugar de propor um ideal de qualificação abstrato para todos os programas, uma avaliação de qualidade teria que buscar parâmetros de equilíbrio dessa diversidade, sem obviamente deixar de considerar as exigências nacionais e internacionais, tendo-as apenas como horizonte. Assim, a especificidade do programa (local e regionalmente inserido) é que dele irá emergir como sua força e, por isso mesmo, precisa ser respeitada e valorizada. Essa especificidade precisa ser coletada, analisada e considerada e não consideramos isso um desafio pequeno. Mesmo assim, não podemos nos afastar dele em função das dificuldades do percurso. Desta forma, centrada na diferença e não na busca da igualdade (com o intuito de transformar o diferente no igual), os parâmetros de avaliação devem estar orientados para apreender qualitativamente essas diferenças.

Um ponto forte, e não só para a área da Educação, são os Minter e Dinter. A demanda para a nossa área é alta e temos informações que a demanda para as outras áreas está decaindo. Importante verificar se este é um dado real e, se assim for, identificar quais as possíveis causas. Por um lado, pensamos que uma das razões possa ser uma sobrecarga burocrática alucinante de trabalho, o que tem provocado um afastamento de muitos pesquisadores de novos projetos que demandam um carga administrativa muito alta (problema a ser enfrentado em sua plenitude, pois esta é uma realidade em nossa vida na universidade, já constatada por vários colegas, especialmente na pesquisa de João dos Reis Silva Jr e Waldemar Sguissardi). Por outro lado, essa pode ser, justamente, uma especificidade da nossa área e que, por isso mesmo, precisaria ser valorizada.

Um aspecto que pode parecer secundário, mas que merece nossa total atenção, diz respeito à **revalidação de diplomas obtidos em instituições do exterior**. Este tem sido um desafio enorme para a área da Educação e precisamos - acreditamos que possa funcionar para todas as áreas -, de uma sistemática que inicie-se na CAPES e chegue aos programas de forma organizada e equitativamente distribuída pela própria CAPES e não pelo próprio interessado. Nesse sentido, propõe-se, e nos dispomos a ajudar na elaboração desta sistemática, a avaliação das instituições a partir dos pedidos, de tal forma a termos já uma pré-avaliação da instituição de origem feita por comissões coordenadas pela própria CAPES. A partir de então, os processos seriam distribuídos, de forma aleatória para os programas que atuam na áreas em questão, de

tal forma a haver uma distribuição equânime para os programas e, assim, evitar-se a peregrinação do candidato diretamente nas secretarias dos programas ou das universidades.

Estas foram algumas modestas reflexões postas aqui a disposição dos colegas para um (re)pensar a pós-graduação no Brasil, especialmente para a nossa área da Educação.

Independente da nossa escolha ou não como resentante da área na CAPES, recebam este documento como uma contribuição para o debate. Estaremos sempre à disposição para a busca de construirmos políticas públicas integradas e integradoras em sintonia com os princípios da democracia, participação e transparência.

Salvador, 02 de julho de 2014.

Nelson De Luca Preto
preto@ufba.br